



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO Nº 9144799/2017

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A EMPRESA CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS - EPP.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DPMG, com sede na Rua Guajajaras, nº 1.707, Barro Preto, Belo Horizonte, MG, CEP 30.180-099, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.599.094/0001-80, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela DEFENSORA PÚBLICA GERAL, **CHRISTIANE NEVES PROCÓPIO MALARD**, brasileira, portadora da C.I. nº M-6.511.330 SSP/MG e do CPF nº 960.532.166-15, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG e a empresa **CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS - EPP**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Conde Ribeiro do Vale, nº 147, Bairro Sagrada Família, CEP: 31.030-470, inscrita no CNPJ nº 16.568.650/0001-78, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por **CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS**, brasileira, C.I. nº. 29.683.736-2 SSP/SP e CPF nº 295.125.858-55, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviço de execução do Projeto do Auditório da DPMG, na nova Sede em Belo Horizonte, em conformidade com a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 1441003 00069/2017, com fundamentos na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 13.994/2001, Lei Estadual nº 14.184/2002, Decreto Estadual nº 13.994/2011, Decreto Estadual nº 46.095/2012, Decreto Estadual nº 44.630/2007, Decreto Estadual nº 45.902/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Prestação de serviço de execução do Projeto do Auditório da DPMG, na nova Sede em Belo Horizonte, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais contidas no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1.2 - O serviço prevê a adequação do espaço destinado para o auditório da nova sede da Defensoria Pública, localizado no 2º andar do edifício na Rua dos Guajajaras, nº 1.707 – Bairro Barro Preto – Belo Horizonte/MG.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - O preço global estimado para o período de vigência do contrato é de R\$ 224.997,00 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e noventa e sete reais).

2.2 - Os recursos financeiros para pagamento das despesas no período de vigência deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da CONTRATANTE, e de suas correspondentes para os exercícios posteriores: 1441.03.122.701.2002.0001.339039.99.0.10.1 da Lei Orçamentária nº 22.476/2016.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 – O pagamento será feito contra a entrega dos serviços executados, aferidos por meio de boletim de medição, conforme cronograma físico financeiro para pagamento, Anexo I, Termo de Referência do Edital de Licitação.

3.2 - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em qualquer instituição bancária no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do serviço pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

3.2 - A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal correspondente à prestação do serviço e encaminhá-la a DPMG.

3.3 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas para as devidas correções, abrindo-se, neste caso, nova contagem de prazo.

3.4 - A Defensoria Pública não arcará com eventuais acréscimos estabelecidos nas Notas Fiscais, que não estiverem previstos neste Instrumento.

3.5 - A DPMG não será responsável pelo pagamento de multas e/ou atualizações monetárias nos casos das ocorrências do subitem anterior, ficando o pagamento suspenso até a reapresentação da nota fiscal devidamente corrigida.

3.6 - Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da licitante vencedora, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

3.7 - A CONTRATADA deverá informar na Nota Fiscal o nome e o número do banco, o número da agência e da conta corrente para crédito do pagamento.





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.8 - Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do serviço, o prazo para pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela CONTRATADA, caso em que não será devida atualização financeira.

3.9 - Como comprovante de despesa será aceito o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou as primeiras vias da Nota Fiscal, conforme o caso.

3.10 - O recebimento final dos serviços será dado pela fiscalização da DPMG após finalização e aprovação dos serviços contratos e executados, recebimento e aprovação da documentação final.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

#### 4.1 - DA CONTRATADA:

4.1.1 - Prestar os serviços nas condições estabelecidas no Edital de Licitação.

4.1.2- Comunicar à DPMG, imediatamente, qualquer fato que possa atrasar ou impedir, nos prazos previstos, a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, sugerindo as medidas adequadas para o equacionamento da situação.

4.1.3 - Cumprir todas as orientações da DPMG para o adequado desempenho dos serviços.

4.1.4 - Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da DPMG, especialmente no que tange ao acompanhamento da execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

4.1.5 - Arcar com as despesas decorrentes da execução do serviço, inclusive o material necessário, locomoção, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas.

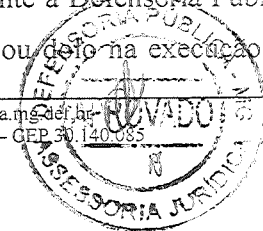
4.1.6 - Possuir disponibilidade para realizar a execução do objeto do presente termo aos sábados, domingos e feriados, bem como em horário noturno, caso necessário, sem prejuízo quanto à qualidade do serviço ou aumento no valor contratado.

4.1.7 - Fornecer todos os tipos de materiais necessários para a execução dos serviços, tais como: materiais elétricos, materiais de acabamento como gesso, drywall, tintas e lixas, madeiras em MDF, materiais para piso, dentro outros itens que se façam necessários.

4.1.8 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste serviço, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93.

4.1.9 - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, de acordo com as leis trabalhistas e previdenciárias em vigor.

4.1.10 - Responsabilizar-se civilmente pelos danos causados diretamente à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela DPMG.

4.1.11 - Reparar os danos em até 05 (cinco) dias úteis ou conforme prazo acordado com a DPMG.

4.1.12 - Providenciar a ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART dos serviços, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), local, atender as especificações do Anexo I, Termo de Referência, do Projeto Executivo e deste instrumento, apresentando para a DPMG a respectiva guia.

4.1.13 - Providenciar estruturas provisórias para o funcionamento de escritório, almoxarifado, vestiários, sanitários e refeitório que devem atender a demanda conforme NR18.

4.1.14 – Recompôr ao final dos serviços, locais danificados pela execução dos serviços.

4.1.15 – Manter no auditório, sendo realizados os ajustes necessários, as instalações de prevenção e combate a incêndio existentes condizentes com o projeto da edificação aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

4.1.16 – Apresentar comprovante de prestação de garantia conforme item 18 – Da Garantia Contratual do Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

4.1.17 – Responsabilizar-se exclusivamente pela segurança e vigilância dos serviços, de acordo com o item 19 – Da Segurança do Trabalho e Vigilância do Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

4.1.18 - Garantir qualidade, precisão e tempestividade dos serviços para a perfeita execução do contrato, sendo reservado à DPMG o direito de convocar a CONTRATADA, durante a vigência do contrato, para nova execução dos serviços, sem ônus adicional, quando os mesmos forem prestados de forma incompleta, insuficiente ou insatisfatório.

4.1.19 – Responsabilizar pela retirada de eventual entulho gerado durante os trabalhos, devendo o mesmo ser adequadamente acondicionado para descarte, conforme os protocolos da Prefeitura Municipal e das Secretarias correlatas às questões de Meio Ambiente do Município.

4.1.20 - Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 70, da Lei nº. 8.666/93.

4.1.21 - Cumprir todas as exigências e condições delegadas à CONTRATADA relacionadas no Anexo I, Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1.22 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 4.2 - DA DPMG:

4.2.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 67 da Lei N°. 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento.

4.2.2 - Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) nota(s) fiscal(ais)/fatura(s) da CONTRATADA, após a entrega do objeto e recebimento definitivo por parte da Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura - SRLI.

4.2.3 - Propiciar todas as facilidades que lhe couberem ou forem possíveis para que os serviços sejam executados na forma estabelecida neste Termo de Referência e no respectivo contrato.

4.2.4 - Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

## CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação no Diário Oficial de Minas Gerais.

5.2 - O prazo de execução dos serviços, objeto desta licitação, será de no máximo 60 (sessenta) dias corridos para todo o conjunto de serviços que compreendem a implementação do Auditório.

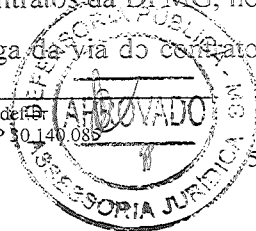
## CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

6.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo Superintendente de Recursos Logísticos e Infraestrutura, juntamente com a equipe da empresa responsável pela elaboração do Projeto, a quem competirá zelar pela perfeita exação do pactuado, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.2 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1 - A CONTRATADA deverá apresentar na Diretoria de Compras e Contratos da DPMG, no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2 - A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.3 - Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4 - Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.5 - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela DPMG à CONTRATADA;

7.6 - Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

7.7 - A garantia será liberada após o cumprimento total do contrato e emissão do Termo de Recebimento definitivo da execução dos serviços.

### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

### CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 - A CONTRATANTE se incumbe de realizar a publicação do resumo do presente instrumento no Diário Oficial "MINAS GERAIS", nos termos do Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei 8.666/93, para os efeitos legais previstos na legislação pertinente.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela DPMG, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pela DPMG:

I – Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II – Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não executado;





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços não executados, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da garantia;

III - Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, até 05 (cinco) anos, conforme previsto no artigo 12 da Lei Estadual n.º 14.167/2002 c/c artigo 48 do Decreto Estadual n.º 45.902/2012.

IV - Declaração de inidoneidade para Licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir à DPMG pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso II, de acordo com a gravidade da infração, assegurada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos termos do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, salvo a hipótese do inciso IV, em que o prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme Decreto Estadual n.º 45.902/2012.

10.3 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

10.3.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

10.3.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

10.3.3 - paralisação do serviço ou fornecimento de bens sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

10.3.4 - alteração de substância, qualidade ou quantidade do serviço prestado;

10.3.5 - prestação de serviços de baixa qualidade;

10.3.6 - A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

10.3.7 - A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual n.º 14.184/2002 e no Decreto Estadual n.º 45.902/2012.





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e amigavelmente nos termos do art. 79, inciso II, combinado com o art. 78 da mesma Lei.

11.2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, previsto no art. 77 da lei Federal nº8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO JUDICIAL

12.1 - Fica eleito o foro de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

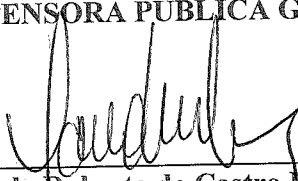
13.1 - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará de forma alguma em alteração contratual.

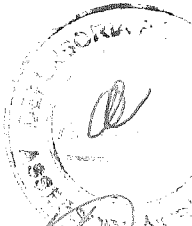

13.2 - A execução deste contrato em todas suas cláusulas e os casos omissos, será regida em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 13.994/01 e pelo Decreto Estadual nº 45.902/12 e suas alterações posteriores.

13.4 - E, por estarem assim ajustadas, firmam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo

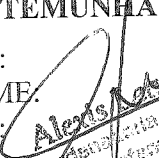
Belo Horizonte, 21 de julho de 2017.

  
Christiane Neves Procópio Malard  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL

  
Carla Roberta de Castro Matos  
CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS - EPP

  
  
Henrique Castro Boaventura  
Assessor Jurídico  
MASP- 7.000.317-3 OAB 119.273

### TESTEMUNHAS:

ASS:   
NOME: Alexsandro da Freitas  
CPF: 1.000.327.2

ASS:   
NOME: Ana Lívia Andrade Campos  
CPF: 1.245.629.5



## MINAS GERAIS - CADERNO 1

Santos, localizada na Fazenda Verdelândia, s/n, Município de Bonito de Minas - MG - CEP: 39490-000 - Telefone (38) 998688848, e-mail: escola.205532@educacao.mg.gov.br. Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis na página da internet: [www.portaldaagriculturafamilia.rural.mg.gov.br](http://www.portaldaagriculturafamilia.rural.mg.gov.br). - A Caixa Escolar Professora Maria do Socorro Cardoso Godinho realiza Chamada Pública nº 05/2017 e nº 06/2017 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os grupos Formais e Informais deverão apresentar documentação prevista no Artigo 27 da Resolução CD-FNDE nº 26/2013, alterada pela Resolução CD-FNDE nº 04/2015, para habilitação e Projeto de Venda até o dia 14/08/2017, às 10h, na Escola Estadual Deputado Edgar Pereira, localizada na rua Firmino Ferreira, nº 287, Município de Vazelandia - MG - CEP: 39490-000 - Telefone (38) 36251226, e-mail: escola.63517@educacao.mg.gov.br. Extrato de Edital para Chamada Pública - Agricultura Familiar (TC: 839859/2017 e TC 857496/2017) - A Caixa Escolar "Donna Alice Mendonça" realiza Chamada Pública nº 03/2017 e nº 04/2017 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os grupos Formais e Informais deverão apresentar documentação prevista no Artigo 27 da Resolução CD-FNDE nº 26/2013, alterada pela Resolução CD-FNDE nº 04/2015, para habilitação e Projeto de Venda até o dia 07/08/2017, às 17h, na Escola Estadual "Manoel Tibério", localizada na rua Silva Jardim, s/n, Povoado de Nova Aparecida, Município de Jequié de Minas - MG - CEP: 39318-000 - Telefone (38) 3634-4032, e-mail: escola.63274@educacao.mg.gov.br. Extrato de Edital para Chamada Pública - Agricultura Familiar (TC: 839859/2017 e TC: 839860/2017) - A Caixa Escolar Valmir Alves de Oliveira realiza Chamada Pública nº 02/2017 e nº 04/2017 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os grupos Formais e Informais deverão apresentar documentação prevista no Artigo 27 da Resolução CD-FNDE nº 26/2013, alterada pela Resolução CD-FNDE nº 04/2015, para habilitação e Projeto de Venda até o dia 07/08/2017, às 17h, na Escola Estadual Antônio Fernandes Viana, localizada no Povoado de Campos, s/n, Zona Rural, Distrito de Tejuco, Município de Januária - MG - CEP: 39480-000 - Telefone (38) 3621-7808, e-mail: escola.26271@educacao.mg.gov.br. Extrato de Edital para Chamada Pública - Agricultura Familiar (TC: 855754/2017) - A Caixa Escolar Aureliano Gonçalves de Souza realiza Chamada Pública nº 02/2017 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os grupos Formais e Informais deverão apresentar documentação prevista no Artigo 27 da Resolução CD-FNDE nº 26/2013, alterada pela Resolução CD-FNDE nº 04/2015, para habilitação e Projeto de Venda até o dia 14/08/2017, às 17h, na EE Manoel Pereira Magalhães, localizada na Povoado de Raizama, s/n, CEP: 39490-000 - Telefone (38) 998670214, e-mail: escola.205541@educacao.mg.gov.br.

22 cm - 21 989941 - 1

### SRE - MURIAÉ

Extrato de Edital para Aquisição de gêneros alimentícios - PNAE. A Caixa Escolar Maria Antônia Magliola torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 07/08/2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório nº 02/2017, Modalidade Convite para aquisição de gêneros alimentícios com recursos do PNAE. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo na sede da E.E. Maria Antônia Magliola, localizada na Av. Santos Dumont, s/nº - Bairro Napoléon - Muriaé - MG, CEP: 367-900-000, Telefone (32) 3721-8046. E-mail: escola.59655@educacao.mg.gov.br. Até o dia 04/07/2017, às 16:00 horas. Extrato de Edital para Aquisição de gêneros alimentícios - PNAE. A Caixa Escolar Omeizelandia Alves Duarte torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 02/08/2017, às 10:00 horas, Processo Licitatório nº 02/2017, Modalidade Convite para aquisição de gêneros alimentícios com recursos do PNAE. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo na sede da E.E. Omeizelandia Alves Duarte, localizada na Avenida Afonso Alves Pereira, s/nº - Bairro Centro - Muriaé - MG, CEP: 367-930-000, Telefone (32)

3721-7585. E-mail: escola.276901@educacao.mg.gov.br. Até o dia 02/08/2017, às 09:00 horas. Extrato de Edital para Chamada Pública - Agricultura Familiar. A Caixa Escolar Coronel Francisco Gomes Campos realiza Chamada Pública nº 01/2017, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação prevista. Art. 27 da Resolução CD-FNDE nº 04/2015, para habilitação e projeto de venda até o dia 14/08/2017, às 17:00 horas, na E.E. Coronel Francisco Gomes Campos, localizada na Rua do Rosário, s/nº - Itamun, Muriaé/MG, CEP: 36.894-300, Telefone (32) 3723-6065. E-mail: escola.98884@educacao.mg.gov.br. Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis na página da internet: <http://www.portaldaagriculturafamilia.rural.mg.gov.br>. Extrato de Edital para Chamada Pública - Agricultura Familiar. A Caixa Escolar Coronel Francisco Gomes Campos realiza Chamada Pública nº 02/2017, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação prevista. Art. 27 da Resolução CD-FNDE nº 04/2015, para habilitação e projeto de venda até o dia 14/08/2017, às 17:00 horas, na E.E. Coronel Francisco Gomes Campos, localizada na Rua do Rosário, s/nº - Itamun, Muriaé/MG, CEP: 36.894-300, Telefone (32) 3723-6065. E-mail: escola.98884@educacao.mg.gov.br. Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis na página da internet: <http://www.portaldaagriculturafamilia.rural.mg.gov.br>.

10 cm - 21 989839 - 1

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Ratinho e Ato de Inexigibilidade de Licitação, no uso da competência delegada pelo Decreto Estadual nº 43.817 de 15 de junho de 2004, Ato de Inexigibilidade de Licitação nº 1441003.00087/2017, datado de 21/07/2017, com fulcro no art. 25, II, e parágrafo 1º, e com o artigo 13, VI ambos da Lei 8.666/93, objetivando a contratação do Instituto Brasileiro de Ciência Criminal - IBCCRIM, para prestação de serviço de capacitação técnica para 03 (três) defensores, por meio do 2º Seminário Internacional de Ciências Criminais. Valor global: R\$ 4.020,00 (Quatro mil seiscientos e vinte reais). Christiane Neves Procópio Malard, Belo Horizonte, 21 de julho de 2017.

3 cm - 21 989262 - 1

### EXTRATO DE CONTRATO

Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS - EPP. Espécie: Contrato nº 9144790/2017. Objeto: Prestação de serviço de execução do Projeto de Auditoria da DPMG, na nova Sede em Belo Horizonte, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais contidas no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato. Valor Total: R\$ 224.997,00 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e noventa e sete reais). Dotação Orçamentária: 1441.03.122.701.2002.00.13.390.39.09.010.11. Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação no Diário Oficial de Minas Gerais. Signatários: Christiane Neves Procópio Malard e Carla Roberta de Castro Matos, Belo Horizonte, 21 de julho de 2017.

3 cm - 21 989160 - 1

## POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CMU/PMMG, Unid. 1258072, Proc. Com. 24/2017 - Pregão Eletr. 11/2017. Objeto: Serviço de Manutenção de Elevadores Automotivos, conforme condições previstas no Edital. Proposta via Portal Compras MG, início dia 25/07/17 às 10:00hs. Sessão de Pregão: 04/08/17 às 09:00hs. Demais informações: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

1 cm - 21 988866 - 1

### POLICIA MILITAR - DIRETORIA DE FINANÇAS

CONVENIO Nº 001/2017 - SESCON. PARTES: Município de Itapiranga/MG e Polícia Militar de Minas Gerais. OBJETO: Cooperação mútua visando aprimorar, intensificar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no município de Itapiranga/MG. VIGÊNCIA: 30/12/2017. VALOR: R\$ 160.000,00, repassados pelo Município e R\$32.000,00 a título de contrapartida em bens e serviços economicamente quantificáveis ASSINATURA: 30/06/2017. SIGNATÁRIOS: Helbert Figueiredo de Lourdes, Cel. PM - pela PMMG e Sebastião de Barros Quintão, Prefeito Municipal - pelo Município de Itapiranga/MG. CONVENIO Nº 20/2017. PARTES: Município de Timóteo/MG e

Polícia Militar de Minas Gerais. OBJETO: Cooperação mútua visando a implantação dos dispositivos da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, nos termos dos seus artigos 23, inciso III, 24 e 25. Município de Timóteo/MG. ASSINATURA: 22/07/2017. VALOR: R\$ 40.000,00, repassados pelo Município e R\$8.000,00 a título de contrapartida em bens e serviços economicamente quantificáveis. ASSINATURA: 01/07/2017. SIGNATÁRIOS: Helbert Figueiredo de Lourdes, Cel. PM - pela PMMG e Geraldo Hilário Torres, Prefeito Municipal - pelo Município de Timóteo/MG.

5 cm - 21 988910 - 1

PMMG/12ª Cia PM Ind MAT. Torna público convênio firmado entre a PMMG 12ª Cia PM Ind MAT e Prefeitura Municipal de São José do Mantimento. Objeto: cooperação mútua entre os convenientes visando aperfeiçoar as ações preventivas e educativas do policiamento de meio ambiente e trânsito rodoviário no Município de São José do Mantimento. Prazo de vigência: quarenta e oito meses a partir da publicação.

2 cm - 21 989099 - 1

21º B PM

PMMG - 21 BPM X Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG - Convênio 0008/2015 - 3º Termo Aditivo. Objeto: Acrescentar na Cláusula segunda (das responsabilidades), item 2.1 (Município) a redação: "Fornecer acesso para e extração das imagens de vídeo para a PMMG e o Município deverá arcar com as despesas de manutenção e instalação dos equipamentos utilizados para o vídeo mencionado".

2 cm - 21 988837 - 1

PMMG - 13ª CIA PM IND MAT. O Ordenador de Despesas torna público o Pregão 01/2017, Processo 1256600/06/2017. Objeto: Aquisição de materiais de construção e contratação de empresa para prestação de serviços de instalação de divisórias, toldos, vidros temperados, placas de identificação e totens em suas frações, nas cidades de Barbacena/MG e São João del-Rei/MG.

2 cm - 21 988904 - 1

PMMG CAA 6 e SKYMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - ME. Contrato SIAD nº 9144808/2017. Objeto: Contratação de empresa para manutenção de equipamentos e instrumentos odontológicos de MAIS CAA6. Vigência: até 31/12/2017, a partir da data da publicação. Valor: R\$2.695,00.

1 cm - 21 989258 - 1

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES

Resumo do Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 23/2013, firmado entre o IPSM e a Empresa Trivale Administração LTDA; Objeto: Projeção da vigência do contrato nº 23/2013, datado de 18/09/13, por mais 12 (doze) meses. Do Preço: o contratante pagará à contratada o importe total estimado de R\$ 93.333,00 (noventa e três mil e trezentos e trinta e três reais). Da Vigência: terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, com início em 18/09/17 e previsão de término no dia 17/09/18. Dos Recursos Orçamentários: 2121.09.122.701.2001.0001.33.90.39.43.49.1.0 e 2121.09.122.701.2002.0001.33.90.39.43.49.1.0. Foro: Belo Horizonte. Data: 19/07/2017. Signatários: Itamar de Almeida Sá, Cel. PM QOR Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças/IPSM, por contratante e Vítor Flores de Deus Analista de Mercado Público Trivale Administração Ltda.

3 cm - 21 989176 - 1

Extrato do Contrato nº 9144858/2017 de Serviço e Fornecedor, firmado entre o Estado de Minas Gerais por meio do IPSM e o fornecedor 05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA. Processo de compra nº 2121022.000025/2017. Registro de proposta realizado no SIRP. Objeto: Este contrato tem por objeto aquisição do equipamento firewall para unidades remotas - tipo appliance, conforme relacionação e especificações no Anexo 1, do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2017 - TRE/PB (SEL nº 4912-17.2016.6.15.8000). Ata de Registro de Preço 027/2017 do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba. Valor total: R\$ 21.381,00. Vigência: 36 meses, de 21/07/2017 a 20/07/2020. Dotação Orçamentária nº: 2121.10.128.001.2024.0001.449052.07.0.4.9.1. Assinatura: 21/07/2017. Signatários: pela contratada Sr. Aranzá Fernandes de Paula, pela contratante Sr. Cel. PM QOR Itamar de Almeida Sá.

3 cm - 21 989175 - 1

## SÁBADO, 22 DE JULHO DE 2017 - 27

### POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
EDITAIS E AVISOS

Departamento de Trânsito de Minas Gerais

Extrato de Relatório De Julgamento  
Portaria 251 de 10 de maio de 2017 - Processo referente ao credenciamento de pessoas jurídicas para operar o sistema eletrônico de registro de contratos, a ser realizado pelo Departamento Estadual de Trânsito DETRAN/MG.  
Empresa: ABL System Consultoria Informática LTDA  
Resultado: Inabilitado  
Motivo:  
1 - A interessada apresentou certidão de prova de prova de regularidade com o FGTS vencida, não cumprindo o requisito do Art. 30, II, "c" da Portaria 251/2017 do DETRAN/MG;  
2 - A interessada apresentou certidão de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho vencida, não cumprindo o requisito constante no Art. 30, II, "d" da Portaria 251/2017 do DETRAN/MG;  
3 - A interessada não apresentou os documentos previstos no item II, alíneas "1" e "8" do art. 30, Portaria nº 251/2017 do DETRAN/MG;  
4 - A interessada não comprovou possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior em Tecnologia da Informação, em cumprimento ao item III, alínea "b" do art. 30 da Portaria 251/2017 DETRAN/MG.

Extrato de Relatório De Julgamento  
Portaria 251 de 10 de maio de 2017 - Processo referente ao credenciamento de pessoas jurídicas para operar o sistema eletrônico de registro de contratos, a ser realizado pelo Departamento Estadual de Trânsito DETRAN/MG.  
Empresa: Montreal Informática S.A  
Resultado: Inabilitado  
Motivo:  
1 - Os atestados apresentados pela interessada estão em desacordo com a alínea "b", item III, art. 30 a Portaria 251/2017 do DETRAN/MG. Além de não possuírem vinculação com as características do serviço, como exige a referida alínea "b", os atestados apresentados não comprovam a qualificação do profissional, de nível superior em Tecnologia da Informação, conforme solicitado na Portaria 251/2017 DETRAN/MG.  
2 - A interessada apresentou, ainda, "Declaração de sistema de transmissão" em desconformidade com a alínea "a", inciso III, art. 30 da Portaria nº 251/2017.

Extrato de Relatório De Julgamento  
Portaria 251 de 10 de maio de 2017 - Processo referente ao credenciamento de pessoas jurídicas para operar o sistema eletrônico de registro de contratos, a ser realizado pelo Departamento Estadual de Trânsito DETRAN/MG.  
Empresa: CETIP S.A. Mercados Organizados  
Resultado: Inabilitado  
Motivo:  
1 - A interessada incide nas restrições previstas no art. 24 da Portaria 251/2017 do DETRAN/MG;  
2 - A interessada não apresentou a relação de compromissos assumidos em conformidade com o Anexo VIII da IN nº 02, de 30 de abril de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referenciada na Portaria nº 251/2017 do DETRAN/MG, comprovando que um dos atos dos contratos firmados com a Administração Pública é ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao seu patrimônio líquido.

14 cm - 20 988775 - 1

## CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8º BPM-Arquivo de Licitação - Pregão Eletrônico nº 1401335/018/2017 - 8º BPM. O Ordenador de Despesas do 8º BPM torna público que está recebendo propostas para Serviço de manutenção e reparo de veículo com fornecimento e eventual substituição de peças, com peças, peças, peças e peças para a Unidade de Armação, conforme especificações detalhadas no Anexo I do Edital. A Sessão Pública de prego eletrônico ocorrerá às 08h30min, dia 04/ago/17, no Portal de Compras do Estado. A integridade do edital e outras informações poderão ser obtidas na Seção de Transportes do 8º BPM, localizada a Rua Tereza de Maio, 74 - Centro - Cep: 38065-160 - Uberaba/MG, através do telefone: (34) 3317-4447 e o edital no site: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). Ube-aba, 21/07/2017. (a) Nivaldo Machado, Ten Cel. BM - Ord. Desp.

3 cm - 21 989224 - 1

# #SUSParaTodos

## Entenda o SUS porque ele é seu também

Saiba mais: [www.saude.mg.com.br/sus](http://www.saude.mg.com.br/sus)

SUS + SECRETARIA DE SAÚDE MINAS GERAIS

**Semad**  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Visite nossa página!  
<http://www.meioambiente.mg.gov.br/>

**APOL 66SA IDEIA!**

EMPRESÁRIO

MINAS ESPORTIVA  
INCENTIVO AO ESPORTE

SECRETARIA DE ESPORTES  
MINAS GERAIS